

===== **ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMEIS REALIZADA NO DIA 23 DE DEZEMBRO DE 2013:** *Aos vinte e três dias do mês de Dezembro do ano dois mil e treze, nesta cidade de Oliveira de Azeméis e sala de reuniões, no edifício da Câmara Municipal (antigo liceu) sito à Rua António Alegria, n.º 184, reuniu extraordinariamente, o Executivo Municipal, sob a Presidência do Senhor Dr. Hermínio José Sobral de Loureiro Gonçalves, Presidente do mesmo, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: Dr. António Isidro Marques Figueiredo, Dra. Gracinda Rosa Moreira de Pinho Leal, Dr. Pedro João Alves de Carneiro Marques, Eng.º Joaquim Jorge Ferreira, Hélder Martinho Valente Simões, Dra. Ana Maria de Jesus Silva e Dr. Manuel Alberto Marques Dias Pereira.* =====

===== *Secretariou a presente reunião, a Secretária do Executivo Maria Isabel dos Santos Miranda Bastos.* =====

===== *Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram 9h e 40m.* =====

===== *Não estive presente na reunião o Vereador Dr. Ricardo Jorge de Pinho Tavares, por se encontrar de férias, falta essa considerada justificada.* =====

===== **ORDEM DO DIA (ARTº 87º)** =====

===== **PESSOAL** =====

===== **APROVAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL PARA 2014 (I/101419/2013):** *Pelo Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - As necessidades previsionais de pessoal para 2014, manifestada pelos Serviços/Secções/Divisões/ Departamentos, em cumprimento do n.º1 do art.º 4º da Lei 12-A/08, de 28 de fevereiro (e posteriores alterações), adaptada à Administração Autárquica pelo Decreto-Lei n.º 209/09, de 3 de setembro (e posteriores alterações); - Que a LVCR veio estabelecer, entre outros, novos princípios e orientações no domínio da gestão de pessoal e da disciplina relativa aos mapas de pessoal, entre os quais a anuidade do mapa de pessoal, que deve obrigatoriamente, acompanhar a proposta de orçamento (art.ºs 2º, 3º, 4º, 5º, 7º, 49º e 117º, nºs 7 e 8 da LVCR), conjugado com o art.º 3º do citado Decreto-Lei n.º 209/09); - Que o mapa de pessoal compreende a totalidade dos postos de trabalho necessários a desenvolver as atividades previstas no Plano de Atividades, que são caracterizadas em função das atribuições/competências ou atividades que o seu ocupante se destina a cumprir/executar, do cargo ou da carreira que lhe corresponda e ainda dentro de cada carreira/categoria a área de*

formação académica ou profissional de que o seu ocupante deva ser titular (art.º 5º da LVCR, conjugado com o art.º 3º do Decreto-Lei n.º 209/09, Decreto-Lei n.º 121/08, de 11 de julho e art.º 79º da Lei n.º 59/09, de 11 de setembro); - Que as verbas relativas a despesas de pessoal a inscrever no orçamento, deverão cobrir os encargos com remunerações e de acordo com deliberação específica para o efeito, poderão eventualmente prever verbas para fazer face a novos recrutamentos de pessoal e que as restantes situações (alteração de posicionamento remuneratório e Prémios de desempenho), estão vedadas pela LOE, dado consubstanciar-se em valorizações ou acréscimos remuneratórios, proponho: - A apresentação, para apreciação da Câmara Municipal, do mapa anual de pessoal e respetivos anexos, o qual representa e incorpora a previsão de pessoal que se estima ser necessário para 2014 (documentos estes que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas,); - Que se submeta o mesmo à aprovação da Assembleia Municipal, na mesma sessão da apresentação do orçamento municipal para 2014, nos termos do disposto nos art.ºs 4º e 5º da LVCR, conjugado com o art.º 3º do Decreto-Lei n.º 209/09, e alínea o) do n.º 1 do art.º 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; - Que posteriormente, se torne público, por afixação no órgão/serviço e inserção na página eletrónica, assim devendo permanecer, em cumprimento do determinado no n.º 3 do art.º 5º da LVCR.” O Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, fez a seguinte intervenção: Como sabem é também uma prerrogativa que temos, nesta altura temos que aprovar o mapa de pessoal para 2014. Foi distribuído um conjunto vasto de informações relativamente à matéria em matéria em apreço e queria-vos dar só a seguinte explicação, ou seja, como sabem está previsto no mapa de pessoal a criação de trinta e sete novos postos de trabalho. Parece um número elevado mas como sabem está condicionado e inclui aqui a consequência do processo de internalização da GEDAZ, portanto no quadro de pessoal naquilo que diz respeito à matéria que temos hoje que aprovar nós temos quinze técnicos superiores, dez assistentes técnicos e doze assistentes operacionais. Conforme é hábito pergunto se alguém quer algum esclarecimento suplementar ou alguma informação adicional relativamente a este ponto da ordem de trabalhos. No uso da palavra o Vereador Eng.º Joaquim Jorge disse: tendo discordado da forma como foi conduzido o processo de internalização obviamente que não podemos concordar com a aprovação deste quadro. Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por maioria, com quatro votos contra dos Vereadores do PS, três votos a favor dos Vereadores do PSD e o voto a favor do Senhor Presidente, tendo este último usado do voto de qualidade, aprovar a proposta apresentada. =====

===== FIXAÇÃO DO MONTANTE MÁXIMO A SUPORTAR COM ENCARGOS COM PESSOAL PARA O ANO DE 2014 – NOVOS RECRUTAMENTOS (I/101472/2013):

Pelo Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que compete ao órgão executivo decidir sobre o montante máximo de cada um dos seguintes encargos: a) Recrutamento dos trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos, e não ocupados, nos mapas de pessoal aprovados e, ou; b)

Alterações do posicionamento remuneratório na categoria dos trabalhadores que se mantenham em exercício de funções; c) Atribuição de prémios de desempenho dos trabalhadores do órgão ou serviço (n.º1 do art.º 1º e n.º1 e 2 do art.º 5º, do Decreto-Lei n.º 209/09, de 3 de Setembro que procedeu à adaptação da Lei n.º12-A/08, de 27 de Fevereiro, à Administração Local (LVCR); - Que é necessário assegurar e prever as verbas correspondentes ao período estimado da eventual concretização de recrutamento dos postos de trabalho resultantes da internalização das atividades da empresa municipal, nos termos da lei específica aplicável, bem como das necessidades dos serviços municipais constantes do levantamento efetuado; - Os orçamentos aprovados para 2014, por centro de custo/serviço (Departamento/Divisão), onde foram fixados os limites dos custos máximos e proveitos mínimos para o respetivo ano, proponho: 1º A aprovação dos seguintes encargos orçamentais, afetos a despesas com pessoal para o ano de 2014, nos termos dos normativos atrás mencionados, não sendo possível fixar qualquer verba orçamental de atribuição para alterações do posicionamento remuneratório e para prémios de desempenho para o ano de 2014, decorrentes das medidas de austeridade;

Novos Recrutamentos	175.000, 00 €
----------------------------	----------------------

2º Que posteriormente, se torne pública, por afixação no órgão/serviço e inserção na página eletrónica, em cumprimento do determinado no n.º5 do art.º 7º do Decreto-Lei n.º 209/09.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **CULTURA, DESPORTO E TEMPOS-LIVRES** =====

===== **APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO A CELEBRAR COM O REAL CLUB NOGUEIRENSE (I/102732/2013):** Pelo Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - As atribuições dos Municípios em matéria de Cultura, Tempos Livres e Desporto; - Que o desenvolvimento de atividades nesse âmbito destinadas às camadas mais jovens, traduz-se positivamente na formação pessoal e social dos mesmos, criando espírito de grupo e vivência mais saudável; - As competências das autarquias no apoio aos projetos de formação e divulgação das práticas desportivas junto da população como fator de motivação da prática de exercício físico, e aumento de interesse pelo desporto; - A importância do desporto, no domínio de uma política para a juventude, destinado a proporcionar uma ocupação ativa e saudável dos tempos livres dos jovens, de modo a facilitar a sua inserção na sociedade; - Que nos termos do n.º 3 do art.º 46º (Apoios Financeiros) da Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto - Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro: ”3 - Os apoios ou participações financeiras concedidas pelo Estado, pelas Regiões Autónomas e pelas autarquias locais, na área do desporto, são tituladas por contratos-programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da lei;” correspondendo ao compromisso de fundo disponível n.º 4695/2013, conforme determina a Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei

n.º 127/2012, de 21 de junho. Proponho: 1- A aprovação da minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, a celebrar com O Real Club Nogueirense; 2- Que se remeta à Assembleia Municipal.” O Senhor Presidente esclareceu: tem a ver com as obras que ainda decorrem no Real Club Nogueirense, que já tiveram início há algum tempo e que havia um compromisso por parte do Executivo Municipal no apoio à construção dos balneários e à requalificação do espaço desportivo. Portanto, aquilo que aqui vem é a comparticipação de € 47.500 (quarenta e sete e quinhentos mil euros) para a construção dos balneários do Real Club Nogueirense. Tem também, conforme agora a própria legislação obriga nos contratos-programa de desenvolvimento desportivo, a programação dos respetivos pagamentos, quer em termos de datas, quer em termos de valores. No uso da palavra o Vereador Helder Simões disse: sobre este protocolo não temos nada a dizer, devemos é protocolar tudo o que vamos anunciando publicamente e nesse sentido acho que é importante que se traduzisse em protocolos um conjunto de compromissos que foram anunciados de forma a estarmos cientes de quando, como e de que forma vamos protocolar estas verbas. Não faz muito sentido nós estarmos a comprometer-nos com estas verbas e pagar estes valores nestes prazos, quando temos um conjunto de outras coletividades e de outras instituições à espera de valores da Câmara Municipal há muito mais tempo. É no fundo dizer quando, como e de que forma vão receber. Temos é que fazer o mesmo com as outras instituições também, estou-me a lembrar, por exemplo, do NAC em que já se falou aqui dezenas e dezenas de vezes. Apelava para que o Executivo olhasse para essas situações que estão para trás e que honrasse os compromissos da Câmara Municipal. Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **FINANÇAS E CONTABILIDADE** =====

===== **APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS – ORÇAMENTO E GRANDES OPCÕES DE PLANO PARA 2014 (I/102908/2013):** *Presentes os documentos referidos em epígrafe, os quais irão ficar arquivados em pasta anexa ao livro de atas, elaborados ao abrigo do Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro. O Senhor Presidente fez a seguinte intervenção: Este Orçamento e Grandes Opções do Plano 2014 enquadram-se no início de um novo mandato autárquico fortemente influenciado por um contexto micro e macro económico recessivo, e por todos os seus efeitos. O ano 2014 será igualmente marcado pelo desejado fim do programa de assistência financeira a Portugal. A incerteza associada às perspetivas económicas mundiais é ainda muito elevada e condiciona de sobremaneira a confiança dos países, das pessoas e causa grande instabilidade financeira. Será mais um ano de forte contenção financeira, otimização de recursos, rigor orçamental e orientação para os resultados, mas certamente será também a altura, para mais uma vez, demonstrar a atitude positiva na recuperação da economia e na dinamização dos agentes que potenciam o*

crescimento económico. Por essa razão, não só é o ano de arranque de novos objetivos traçados e focalizados nas expectativas de todos os Oliveirenses, mas também é aquele que vai consubstanciar a materialização de grandes projetos infraestruturais. A nova reorganização administrativa e conseqüente agregação de freguesias será um desafio para os próximos tempos e obrigará a uma descentralização, a um alargamento das atribuições e competências das freguesias e dos correspondentes recursos, bem como a promoção da coesão territorial e do desenvolvimento local. Os projetos contidos neste Orçamento e Grandes Opções do Plano, reforçam os compromissos assumidos por este p desta Câmara Municipal com um princípio estratégico orientador na prossecução de objetivos de equidade. Durante estes últimos anos tentamos corrigir os desequilíbrios conjunturais de origem diversa, com o objetivo de estabilizarmos uma organização muito permeável ao contexto externo. Nesta matéria, o rigor e a disciplina orçamental e a consolidação económica e financeira, foram as áreas-chave para o sucesso alcançado, nunca perdendo de vista o controlo da dívida e do endividamento. A sustentabilidade hoje evidenciada numa estabilidade financeira, é sinónimo de uma gestão eficiente e eficaz, assente, desde a primeira hora, numa política coerente e racional. A estratégia seguida foi, e continua a ser, de facto decisiva na recuperação que levámos a cabo, e na superação das dificuldades. A proposta de orçamento do Município de Oliveira de Azeméis, para o ano de 2014, teve em linha de conta os pressupostos acima mencionados, o contexto macroeconómico e as prioridades do atual executivo, sufragadas em Setembro de 2013. Trabalhamos diariamente para aumentar a competitividade do nosso Município. Para nós as dificuldades são desafios e os problemas são oportunidades. Não nos resignamos. Construiremos em conjunto um Concelho mais harmonioso, mais próspero e mais solidário.

Análise ao Orçamento e ao Investimento Público - O orçamento 2014 apresenta uma pequena redução do seu valor global de 262.000,00 € (-0,7%) face à previsão do ano 2013. Esta diminuição é sobretudo influenciada pela praticamente inexistente venda de água, em consequência da concessão à Indáqua. Este decréscimo obrigou a um ajustamento proporcional do lado da despesa. Em termos gerais, verifica-se um decréscimo de 3,3% nas receitas correntes e um aumento de 5,6% nas receitas de capital. Do lado das despesas correntes a redução também é significativa, ficando este tipo de despesas com um desvio percentual de -5,0% e as de capital com um aumento de 5,2%, comparativamente à previsão de 2013. A receita de impostos diretos, resultante da aplicação das regras previsionais constantes do POCAL, tem um aumento de 4,4% devido ao aumento da cobrança de IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis e Imposto Único de Circulação. As transferências correntes também evidenciam um crescimento substancial (+5,7%), provocado por uma maior previsão das transferências associadas a candidaturas comunitárias, mas sobretudo devido a uma reestruturação das receitas provenientes do Orçamento de Estado. Embora exista uma redução nas transferências do Estado para o Município de Oliveira de Azeméis em cerca de 333.550€, existiu uma reafectação de dotações, do Fundo de Equilíbrio Financeiro, de capital para dotações correntes e como consequência resultou num crescimento das receitas correntes com origem no OE, de 646.350€. O aumento

das receitas de capital acontece nas rubricas de venda de bens de investimento (+24,3%), originada numa maior previsão na alienação de terrenos, e na de transferências de capital (+1,8%), pese embora aqui exista a reafectação de verbas atrás referida com uma repercussão direta de menos 979.900€. Ainda assim regista-se um aumento previsional nas receitas com origem em fundos comunitários de mais e um milhão de euros. De uma forma geral, as despesas correntes diminuem em 2014 (- 5%), mas a estrutura previsional das despesas com o pessoal em 2014 revela um aumento 7,5% face a 2013, mas esta situação acontece porque o orçamento 2013 não previa o pagamento do subsídio de férias aos trabalhadores e de todos os encargos associados, e que veio a acontecer por imposição do Tribunal Constitucional. Assim sendo, embora o OE 2014 contemple uma redução dos salários dos trabalhadores da função pública, e por prudência, o Município decidiu manter para 2014 a estrutura da despesa salarial verificada em 2013. Nestes custos estão já contemplados os custos com o pessoal dos trabalhadores que integravam a GEDAZ e os custos relativos ao aumento dos encargos com a Caixa Geral de Aposentações, da parte da entidade patronal, de 20% para 23,75%. A aquisição de Bens e Serviços sofre um desagravamento de 11,7% principalmente originada pelo fim da despesa com aquisição de água para venda, em consequência do processo de concessão da rede de abastecimento de água e saneamento. A componente de juros e outros encargos reflete a redução das taxas de juro e apresenta uma diminuição de mais de 200.000€ em 2014. No capítulo das transferências correntes e de capital para as freguesias, pessoas e instituições, optou-se por manter os valores pagos em 2013 e relacionados com o funcionamento dessas estruturas. A diminuição de 15,3%, que se traduz em cerca de 390.000€, é explicada pela diminuição da dívida e não pela redução das transferências a efetuar. Durante a execução orçamental de 2014 poderão existir alguns ajustamentos que permitam realizar e atribuir outros valores, como tem acontecido em anos anteriores, onde a execução orçamental é normalmente, nestas matérias, superior à previsional. Ao nível do investimento, podemos constatar um aumento de 15% (+1.364.890€) face a 2013. O objetivo constante do melhor aproveitamento das oportunidades de financiamento externo comunitário, e a redução das necessidades da contrapartida pública autárquica é fundamental e uma premissa na nossa gestão. Atualmente e segundo os dados disponibilizados, Portugal detêm a mais alta taxa de execução de fundos europeus da União Europeia, pese embora os sucessivos cortes orçamentais nos organismos públicos e as dificuldades das empresas obterem financiamento. O prazo de execução do QREN prolongar-se-á até final de 2015 e permitirá a utilização de verbas associadas a projetos que possam ainda não ter sido executados. A aprovação de novos projetos tem como data limite os primeiros meses do próximo ano, momento em que entrará em vigor o programa para os próximos sete anos, denominado Portugal 2020. A União Europeia, na proposta de implementação do Quadro Estratégico Comum 2014-2020, reitera que as atuais mudanças e desafios terão um impacto distinto em cada estado membro e região. Estas diferenças decorrem do potencial específico de desenvolvimento e dos recursos disponíveis em termos de capital humano, físico e ambiental, conhecimento, instituições e redes em que se insere e que

condicionam a maior ou menor capacidade de cada região para alcançar as metas 2020. Neste contexto, é identificada a relevância das políticas e programas comunitários serem alvo de uma apropriação regional, assegurando a coerência das iniciativas a definir e contratualizar. A UE propõe assim uma abordagem regional que sustente o próximo período de programação financeira e os contratos de parceria e apoio que vierem a ser estabelecidos. O Projeto da área de acolhimento empresarial de Ul – Loureiro, com um custo total estimado perto de 11,2 milhões de euros continuará a ser um dos principais projetos em curso durante o exercício de 2014 e como já dissemos no passado, esta infraestrutura potenciará o crescimento económico e social do concelho de Oliveira de Azeméis nas mais variadas vertentes. A criação de emprego e a captação de novos investidores e empresas para Oliveira de Azeméis será, naturalmente, uma consequência desta aposta, assim como a construção de novas infraestruturas rodoviárias que irão melhorar consideravelmente a mobilidade interfreguesias, designadamente a construção da Via do Sudoeste e da conclusão Via do Nordeste. O início da execução dos planos de urbanização da Cidade e das várias zonas industriais existentes, bem como o projeto de regeneração urbana do centro da Cidade de Oliveira de Azeméis, visará sobretudo a reabilitação do edificado municipal do centro da cidade, a melhoria das acessibilidades internas, a requalificação do mercado municipal, e construção do centro coordenador de transportes. A conclusão da requalificação do Parque de La Salette evidenciará um projeto abrangente que rondará os 4 milhões de euros. A criação do Centro de Interpretação do Vidro; a requalificação do núcleo histórico do Parque; a requalificação do parque infantil e desportivo e a criação do parque sénior; a requalificação do equipamento urbano multifuncional; a reabilitação da envolvente do lago; o novo parque de merendas e um novo capital arbóreo, são infraestruturas já criadas ou a criar que contribuirão decisivamente para um espaço de lazer, cultural e religioso muito mais apelativo. Associado a este projeto estará também a beneficiação de vários arruamentos de acesso ao Parque, bem como uma nova acessibilidade pedonal, e requalificação do antigo parque de campismo no novo parque de eventos. O parque de La Salette será para os próximos anos e gerações o grande parque urbano de Oliveira de Azeméis. No ano 2014 e na área da educação, será o Centro Escolar de UL a absorver uma parte do investimento. O Parque do Cercal – Campus para a Inovação, Competitividade e Empreendedorismo Qualificado, com um custo aproximado de 5 milhões de euros, ficará ao serviço da Universidade de Aveiro durante o ano 2014, criando oportunidades para toda a comunidade oliveirense, norte do distrito de Aveiro e sul da área metropolitana do Porto, atraindo e fixando população no Concelho. Como sabem este também é um grande pilar estratégico no desenvolvimento do Município de Oliveira de Azeméis, a questão do aumento da nossa competitividade, da requalificação dos recursos humanos e de manter o crescimento a bom ritmo do Município de Oliveira de Azeméis, um bocadinho se calhar em contraciclo daquilo que se passa no país. Assim, em termos gerais eram estas as informações e os dados que eu vos queria dar sem vos estar a falar especificamente da conta x ou da conta y, para isso temos também cá a presença do Dr. Carlos Maia e do Dr. José Figueiredo Faria que poderão durante

a discussão esclarecer alguma dúvida ou alguma questão concreta que possam querer fazer. Dar nota também que ouvimos os Partidos da Oposição de acordo com a legislação, ouvimos o Partido Socialista, ouvimos o CDS/PP e ouvimos todas as Juntas de Freguesia a quem pedimos a indicação das principais opções para este ano 2014 e para os próximos anos para que elas pudessem estar e constar no PPI e no Orçamento e isso também assim aconteceu. Houve um conjunto de questões que nos foram apresentadas pelas Juntas de Freguesia que têm a ver com a questão da administração direta, que têm a ver com a inscrição de algumas obras ainda em administração direta que aparentemente possam já estar terminadas, mas que tecnicamente ou contabilisticamente ainda não estão. Há ainda uma outra situação de algumas sugestões que foram apresentadas pelas Juntas de Freguesia que não podem estar aqui incluídas e que terão que ser depois contratualizadas no futuro através de outros instrumentos que não no Orçamento que hoje aqui estamos a apresentar. Basicamente era isto que vos queria dizer. Seguidamente usou da palavra o Vereador Helder Simões que disse: Senhor Presidente, sobre esta matéria e obviamente que o Orçamento para 2014 se fosse elaborado pelo Partido Socialista seria substancialmente diferente, teria um conjunto vasto de medidas de redução da despesa improdutiva do município, que seriam canalizadas para o investimento na melhoria das condições de vida dos Oliveirenses. E teria forçosamente que contemplar grande parte daquelas medidas que nós em devido tempo lhe demos nota ao abrigo do Estatuto de Oposição. Medidas essas como um reforço da descentralização das competências para as Juntas de Freguesia, o Senhor Presidente já deu nota de que isso pode eventualmente acontecer durante este ano, mas nós teríamos procurado sinalizar já em sede deste Orçamento, ou seja, prevermos já um reforço significativo das transferências para as freguesias permitindo enormes ganhos de eficácia para o município que tinha apenas que se preocupar com as questões macro deixando um conjunto de serviços e atividades de proximidade para estas entidades, conforme o que já está agora plasmado na legislação, mas também como foi compromisso do Partido Socialista em termos eleitorais. Seria também condição “sine quo non” a infraestruturização das zonas industriais de S. Roque e de Nogueira do Cravo/ Pindelo, conforme os Planos de Urbanização que já foram aprovados, para nós seria uma prioridade absoluta salvaguardar todo um trabalho que já foi efetuado pelos técnicos municipais, mantendo as expectativas criadas nas populações e nos agentes económicos. Para nós, quinze anos depois dos primeiros troços da Via do Nordeste, teríamos incluído as verbas necessárias para concluir a Via do Nordeste entre Cesar e Fajões; bem como planejaríamos uma intervenção plurianual que permitisse de uma forma definitiva requalificar o troço da antiga Estrada Nacional 1 entre a Margonça e Travanca sem andarmos a fazer pequenos remendos, portanto, permitir aqui um plano que todos saibamos com o que pudessemos contar. Finalmente, uma das últimas propostas era a reabilitação de um conjunto de espaços públicos que não foram introduzidos, nem estão traduzidos neste Orçamento como a Casa Sequeira Monterroso, Salão Nobre, antigo Edifício das Finanças, etc, etc. Mas também, talvez a medida mais importante que se calhar defenderíamos para este mandato era a redefinição de um pacote fiscal para todo o mandato que permitisse uma redução gradual dos

impostos pagos pelos Oliveirenses. Senhor Presidente, este Orçamento logo numa das suas primeiras rubricas é bem demonstrativo da opção do Executivo, ou seja, era perfeitamente possível acomodar a proposta do PS da redução do valor do IRS pago pelos Oliveirenses. Nós vamos arrecadar em impostos indiretos, apesar da diminuição que se vai verificar em termos de taxa, mais € 400.000 (quatrocentos mil euros) e impostos diretos mais € 125.000 (cento e vinte e cinco mil euros), o que permitia como lhe disse acomodar a proposta do PS de redução de 10% neste imposto e consciencializar também uma posição clara de apoio às famílias em detrimento dos detentores do património. Uma outra opção neste documento que nos merece um reparo crítico está relacionado com a dotação de € 18.550 (dezoito mil quinhentos e cinquenta euros) para serviços culturais e de € 250.00 (duzentos e cinquenta mil euros) para serviços desportivos, uma desproporção a nosso ver gritante, para este Executivo a cultura vale menos treze vezes do que o desporto. Sendo este o ano negro da entrada em funcionamento da concessão da rede de água e saneamento, constata-se uma diminuição significativa e normal da renda de água e dos serviços de saneamento, na ordem dos 90%, mas e aqui se calhar é uma questão mais para os técnicos, o mesmo não se sucede com a quota de serviço que apenas reduz 30%, mantendo um valor próximo de um milhão de euros que a meu ver importa esclarecer porque um serviço está objetivamente indexado ao outro e, portanto, se vamos reduzir e se a partir de determinado mês vamos concessionar não faz sentido que continuemos a cobrar quotas de serviço, poderá haver uma explicação técnica para estes números mas parece-me desajustado. A nível da venda de investimento, Senhor Presidente não deixa de ser caricato que na passada quinta-feira a alienação dos terrenos do centro comercial era para ficar em standby e agora inscrevemos a sua venda no orçamento. Acreditando que é um dossier para ficar pendente como o Senhor Presidente disse temos desde já um milhão e meio de euros de buraco. Senhor Presidente, isto aqui é objetivo, das duas, uma: ou não temos buraco e o Senhor Presidente não disse aqui tudo o que deveria ter dito ou acreditando na sua palavra temos aqui já um buraco de um milhão e meio de euros no orçamento. No que concerne às receitas de capital, as mesmas estão claramente em alta face a anos anteriores, face à incapacidade que este Executivo tem demonstrado em executar as obras nos timings previstos e, portanto, nós temos feito deslizar tão-somente esta rubrica, as obras têm sido adiadas, o que era para ser concluído em 2012 passou para 2013 e agora já vamos para 2014 e esta tem sido uma situação recorrente. Ao nível das despesas com o pessoal, as mesmas voltam a ultrapassar os dez milhões de euros, como também o Senhor Presidente falou, fruto da necessidade de pagamento dos subsídios de férias e de Natal, mas também pela incorporação do pessoal afeto à GEDAZ, pelo que este ano esta despesa representa mais € 700.000 (setecentos mil euros) face à previsão de 2013. Ao nível da aquisição de bens e serviços, obviamente que a concessão de água e saneamento tem aqui um impacto muito significativo ao permitir uma redução de € 850.000 (oitocentos e cinquenta mil euros) ao nível da venda de água, da aquisição de água, mas ao nível das rendas estamos certos de que ainda há muito para fazer nesta matéria Senhor Presidente. Nós temos aqui uma previsão de € 575.000 (quinhentos e setenta e cinco mil euros) que aparentemente não incorpora

já a possibilidade do Executivo reduzir as rendas por via da desocupação do espaço atualmente ocupado pela ESAN e, portanto, eu não sei o que é que o Executivo tem pensado nesta matéria, mas importa que se tome aqui uma decisão, a ESAN ocupa neste momento, espero não errar, mas quinze a vinte mil euros mensais de custos com arrendamentos de espaços. Nesta matéria nós podemos aqui aliviar significativamente esta despesa e, portanto, não devemos é poupar esforços e tomar uma decisão rápida sobre esta matéria para que não esteja já a ESAN a trabalhar e a funcionar no Parque do Cercal e continuarmos a pagar rendas como já houve exemplos neste Município de espaços desocupados em que continuamos a pagar rendas avultadíssimas. Ao nível de juros, temos uma redução significativa fruto da conjuntura nacional e internacional nesta matéria, quem nos dera que os juros se mantivessem historicamente baixos, mas temos de ter aqui algumas cautelas nesta matéria porque tudo indica que a situação a médio prazo se irá inverter. Gostava de perceber, Senhor Presidente, em termos de terrenos o Executivo prevê gastar cerca de € 800.000 (oitocentos mil euros), a que se refere edifícios e instalações de serviços € 225.000 (duzentos e vinte e cinco mil euros), também não consegui perceber porque não está detalhado e a rubrica outros edifícios com nove milhões de euros, para outros parece-me uma rubrica com um valor demasiado elevado. Como o Senhor presidente também já disse, as transferências para as Juntas de Freguesia, tanto de capital como corrente, verifico aqui umas oscilações meramente contabilísticas porque a previsão é a manutenção da situação que vigorou em 2013 e que a nosso ver não faz sentido e, portanto, nós devíamos era duplicar ou triplicar estas verbas, libertando o Executivo e o Município para aquilo que efetivamente interessa deixando um conjunto de situações para estas entidades. Ao nível do PPI, Senhor presidente, não obstante a limpeza de muitas das ações que se verificaram neste documento, conforme foi referido em anos anteriores, ainda existe muita incoerência neste documento, de ano para ano tem sido um mero “copy e paste” com as verbas a transitar de uns anos para os outros. Olhando para o documento, constatamos as mesmas obras que atravessaram o mandato: Parque de La-Salette, Parque do Cercal, ESAN, Área Empresarial de Ul/Loureiro, que consomem quase a totalidade do documento. A conclusão da Via do Nordeste que o Senhor Presidente disse que era importantíssima tem uns meros € 150.000 (cento e cinquenta mil euros) para 2015/2017 e tem o mesmo grau de prioridade das piscinas de Cucujães e de Cesar que têm uma dotação de € 800.000 (oitocentos mil euros); do estádio municipal com 1,3 milhões de euros; melhor sorte merece a pista de atletismo que está para 2016 com € 500.000 (quinhentos mil euros). A requalificação da Feira dos Onze foi anunciada com pompa e circunstância antes das eleições e ainda muito recentemente se dizia que estava a aguardar cabimento orçamental está prevista neste documento pasme-se com € 25.000 (vinte e cinco mil euros) para 2016 e 2017. A urbanização das zonas industriais, o plano de urbanização da zona industrial de Nogueira do Cravo/ Pindelo com € 515.000 (quinhentos e quinze mil euros) e o plano de urbanização de Costa Má com € 225.000 (duzentos e vinte e cinco mil euros) para se iniciar em 2015, quando se nada fizermos os planos caducam em 2014. Portanto, Senhor Presidente, por esta amostra se percebe a fiabilidade deste documento. Se dúvidas

houvesse, o autor do preâmbulo do orçamento tratou de dissipar aquilo que será a nossa opção quanto a esta matéria. A” proposta de orçamento do Município de Oliveira de Azeméis para o ano 2014 teve em linha de conta os pressupostos acima mencionados, o contexto macro económico e as prioridades do atual executivo sufragadas em setembro de 2013”, até aqui estive a citar, ignorando por completo todas e quaisquer opiniões dos diversos partidos políticos ao abrigo do Estatuto de Oposição fizeram chegar ao Executivo, evitando todo e qualquer sinal de consensualização de posições em torno do desenvolvimento do concelho. Isto Senhor Presidente porque, daquilo que pude analisar, grande parte das reivindicações e aquilo que o Senhor Presidente disse não me parece corresponder à realidade, grande parte das preocupações das Juntas de Freguesia não foram plasmadas neste documento, obviamente que o Senhor Presidente pode sempre dizer que cabe nas considerações genérica dos outros, mas em termos concretos não foram transportas para o documento. Tenho dito. No uso da palavra o Vereador Eng.º Joaquim Jorge fez a seguinte intervenção: Senhor Presidente, eu começo por fazer uma observação em relação às notas introdutórias deste orçamento que devem servir basicamente para o contextualizar e sobretudo para apresentarem um guião daquilo que podemos vir a encontrar a seguir. E são notas perfeitamente lamentáveis, pobres e traduzem obviamente um exercício de falta de rigor e honestidade intelectual. São considerandos que desprestigiam este documento que deve ser de planeamento e desenvolvimento estratégico e transformam quase que num vulgar manifesto de propaganda. Mas mais grave do que esta bajulação e adjetivação doentia de um suposto trabalho de excelência do Executivo Camarário é o facto de esta excelência não ter correspondência prática como demonstra o posicionamento do concelho no contexto nacional em termos de indicadores de qualidade de vida. Bom, o que é que nós Oposição e certamente os Oliveirenses esperavam deste Orçamento? Um orçamento estrategicamente orientador e definidor de um novo ciclo de desenvolvimento para o concelho saído do último ato eleitoral. O que é que voltamos a ver? Voltamos a ver plasmados um conjunto de propostas repetentes e um rol de obras cujo início se vem eternizando no tempo e nas quais nenhum Oliveirense já acredita. Essas obras já foram aqui referidas de forma absolutamente clara pelo Helder Simões. Estas notas introdutórias terminam com a necessidade de vincar que o Parque de La-Salette, aliás o Senhor Presidente acabou de o fazer também, já não estamos em campanha eleitoral, ela já acabou, ditou um vencedor legitimamente e, portanto, não há necessidade de repisar aquilo que foram as propostas de ambos os partidos, mas obviamente que esta narrativa não parece mais do que uma manifestação de vontade, que à semelhança de muitas outras que nunca deram em nada, parece mais uma narrativa do que uma certeza baseada no conhecimento e realismo do Executivo de quais são as condições de sucesso para um parque urbano e qual a sua função e missão. Obviamente que nós, Partido Socialista, acreditamos que as condições que estão a ser criadas no Parque de La-Salette não o transformam naquilo que define um parque urbano, que é um parque cujo uso, cuja vivência diária é intensiva por parte dos seus utilizadores, neste caso serão os Oliveirenses. Mas esta, para meter uma pedra neste assunto, é a nossa visão que diverge por aquilo que vimos da que os

Senhores defendem, tanto é que tiveram inclusive a necessidade de a vincar nas notas introdutórias deste orçamento. Bom, sabemos todos que a enorme dívida do município, convém aqui contextualizar, que é da ordem de grandeza, estamos à espera, vamos ver, do Orçamento que estamos aqui a analisar, condiciona fortemente o investimento. Mas isso, obviamente, não é da nossa responsabilidade, nem dos Oliveirenses, mas exclusivamente da responsabilidade do PSD. E nós o que gostaríamos de ver eram os recursos disponíveis orientados para uma estratégia de desenvolvimento do concelho que visasse o reforço da nossa competitividade, da nossa culturalidade e da nossa identidade, mas para isso este orçamento teria que apontar para um caminho a seguir que fosse inovador, diferenciador, distintivo dos municípios que nos rodeiam reforçando assim a nossa competitividade. O mandato anterior começou com cem dias, noventa e nove medidas e depois nos restantes mil trezentos e quarenta dias foi uma total ausência de medidas e ideias. As grandes obras desse mandato que estamos agora a ultimar, nomeadamente o Parque do Cerca e a Área de Acolhimento de UI/ Loureiro, foram herdadas dos Executivos anteriores, ou seja, tivemos um Executivo que num mandato completo não conseguiu preparar novas obras estruturantes que preparassem o concelho para o futuro. Percebemos, como aqui também já foi dito também pelo Helder Simões, que as grandes obras deste mandato continuarão a ser as mesmas, não estando o concelho a preparar-se para o futuro. Isto é muito pouco em termos de políticas públicas que apoiem e potenciem a iniciativa privada, ela sim a grande responsável pelos desempenhos que vamos apresentando noutros indicadores. Em termos de números, conforme já aqui foi dito também, o Orçamento é praticamente igual ao de 2013 em termos de montante que somos compelidos a gerir. Do lado da receita, as receitas correntes globais diminuem 3,5% em relação à estimativa de 2013 e este capital cresce em 42,5% em relação ao mau desempenho na execução das receitas de capital em 2013. Parte da diminuição das receitas correntes resulta da perda de receitas provenientes da venda de água, sabemos já aqui foi dito, o orçamento refere e passa a ser a ser a Indáqua a fazê-lo, tem também conforme diz o orçamento, correspondência também na diminuição das despesas correntes, nomeadamente na rubrica de aquisição de bens e serviços, porque obviamente deixamos de comprar essa água. Os impostos diretos durante o ano 2013 foram substancialmente superiores ao que estava previsto, mais 5,8%, ou seja, o município conseguiu arrecadar em relação àquilo que foi a sua previsão cerca de mais € 515.000 (quinhentos e quinze mil euros) provenientes sobretudo, conforme também aqui já foi dito, do aumento das receitas do IMI que obviamente agora terão alguma tendência para estabilizar. Este aumento dos impostos diretos tem vindo a acontecer nos últimos anos compensando a diminuição das transferências do Orçamento do Estado, ou seja, o executivo tem tido sempre mais receitas provenientes dos impostos diretos para gerir. Quer isto dizer que embora tenhamos uma redução de € 333.000 (trezentos e trinta e três mil euros) nas transferências do Orçamento do Estado, conforme também já foi dito pelo Senhor Presidente, a reafectação de dotações correntes levam a que para 2014 o município oliveirense tenha para gerir mais € 643.000 (seiscentos e quarenta e três mil euros) de receitas correntes provenientes do Orçamento do

Estado, ou seja, temos condições, temos dinheiro para fazer mais e melhor. As transferências correntes aumentam 5,7% e as receitas provenientes de fundos comunitários um milhão de euros. Em relação ao total de receitas estimado para 2013 o Orçamento de 2014 cresce 7,2%. Do lado das despesas, as despesas correntes diminuem 0,9% em relação à estimativa de 2013 e as de capital aumentam 33,1% unicamente, porque tivemos menos 21% de execução em relação ao previsto para 2013. Este valor é fortemente influenciado pelo mau desempenho na aquisição de bens de capital que teve menos 42,6% de execução em relação ao que estava previsto. Em termos do orçamento total da despesa este acresce 12% em relação ao valor estimado para 2013, estando praticamente em linha com o que havia sido previsto em 2013. As despesas com pessoal para 2014 aumentam 7,5% conforme também já foi aqui referido em relação a 2013, para prever pagamentos de subsídios de férias e encargos associados não previstos no Orçamento de 2013, revelando que a redução de encargos com salários não resultavam de uma gestão eficiente e rigorosa da autarquia dos recursos humanos, mas simplesmente os cortes determinados pelo Governo nessa massa salarial. O Executivo continua a ser beneficiado por uma conjuntura favorável ao nível das taxas de juro que levam a uma redução de € 200.000 (duzentos mil euros) nos juros pagos. Apesar destas condições económicas e financeiras favoráveis ao nível de juros e encargos com a dívida e ao nível da arrecadação de impostos diretos, este Orçamento opta por manter as transferências correntes e de capital para as freguesias e instituições o que na prática significa que o Executivo nem sequer compensa os seus parceiros das perdas resultantes das taxas de inflação, obviamente, Senhor Presidente, que isso é um sinal, mas é claramente um claro sinal negativo. Esperamos que no caso concreto das freguesias o novo quadro de atribuição de competências conforme aqui já foi dito, traga o reforço da parceria que devemos permanentemente aprofundar. Em termos previsionais fazemos aqui algumas comparações: a comparação entre 2013 e 2014 do lado da receita, refere que temos a autarquia a receber mais transferências correntes, a arrecadar mais impostos, a receber mais transferências de capital. O saldo geral é um orçamento em termos de receita previsional muito semelhante entre 2013 e 2014. Do lado da despesa, também em termos previsionais entre 2013 e 2014, as despesas correntes diminuem 5% e as despesas de capital tendem a aumentar sensivelmente o mesmo valor. O saldo geral em termos orçamentais é também aqui muito semelhante entre 2013 e 2014. Continuamos a ter um modelo financeiro em que as despesas correntes excedem largamente as despesas de capital e obviamente que não é assim que construímos um concelho com desenvolvimento, como referem as notas introdutórias, de sustentabilidade. Ainda por cima aquilo que nós habitualmente reservamos nos sucessivos orçamentos para investimento, que é uma verba substancialmente ínfima para tantas necessidades acaba por ter uma taxa de execução francamente pobre, o que se traduz num concelho onde a iniciativa pública não faz o seu papel a alavancar o desenvolvimento. O avultado valor pago em rendas e alugueres também já foi aqui citado, é um bom exemplo do que ainda temos que percorrer, do longo caminho que ainda temos que percorrer em termos de eficácia na gestão. As Grandes Opções do Plano e o Plano Plurianual de Investimentos

sintetizam este orçamento pobre de ideias, de alcance reduzido e pouco impactante na melhoria da qualidade de vida dos Oliveirenses, aliás, como foi dito pelo Senhor Presidente, da linha do que vem sendo feito nos últimos anos e que não traz ainda a esperança e a confiança no futuro que os Oliveirenses tanto precisam. Um Executivo que vende um concelho de excelência, como disse o Senhor Presidente há pouco, que até está em contraciclo com o país; um Executivo que dá lições de gestão à Chanceler Alemã e que encara a redução da dívida como uma virtude em vez de encarar a dívida e os seus encargos como um sério problema significa, Senhor Presidente, que está mais do que na altura de nos olharmos para a nossa realidade com a seriedade que as nossas dificuldades e problemas exigem e pensar e implementar políticas públicas que nos coloquem nos concelhos de média dimensão mais importantes e desenvolvidos do país. É só, Senhor Presidente. O Senhor Presidente esclareceu: Eu vou procurar dar algumas respostas, não foram muitas as questões colocadas, foram feitas só apreciações, em duplicado até. Conforme eu disse, nós estamos ainda a viver um ciclo de fundos comunitários 2007/2013, o QREN, que terá a capacidade de ter execução ainda até 2015 e, portanto, estaremos atentos àquelas que forem as oportunidades tendo em conta o funcionamento quer dos planos operacionais regionais, quer outros. Relativamente ao próximo quadro comunitário de apoio, nós não podemos “ser mais papistas do que o Papa”, ou seja, o acordo de parceria não está feito, prevê-se que a partir do mês seis de dois mil e catorze possam estar os primeiros programas disponíveis para Portugal e para os Portugueses e por isso nós teremos e temos inscrito em sede de orçamento municipal verbas para podermos naturalmente candidatar-nos e apresentarmos projetos para resolver muitos e alguns dos problemas que os Senhores Vereadores acabaram de levantar. Refiro-me concretamente à recuperação do património, por exemplo, incluído no projeto de regeneração urbana, mas outras obras por exemplo no que diz respeito às vias de comunicação. Como sabem os próximos fundos comunitários, diretamente isso já é um sinal e já foi uma informação que foi dada do ponto de vista das vias, o investimento direto em vias vai ser muito complicado, terá que haver outros fundamentos para construir algumas vias, refiro-me por exemplo à Via do Sudoeste e também à parte final da Via do Nordeste e, portanto, quando está o valor que está inscrito, importa que esteja inscrito e naturalmente que tudo faremos para encontrar fundos de financiamento externos para resolver esses problemas que já vêm ao longo do tempo. Quanto às Juntas de Freguesia, vamos ver se para a Assembleia Municipal nós vamos provar com números que o que os Senhores dizem não é verdade relativamente às transferências que têm vindo a ser feitas para as Juntas de Freguesia. Nunca as Juntas de Freguesia tiveram tanta transferência financeira como tiveram no mandato anterior, isso é que é uma evidência. Em todo o lado se vê redução, aqui mantem-se e os Senhores acham que manter é um sinal negativo, o que é que seria se fosse reduzir. Depois, felizmente que hoje e congratulo-me com isso, naquilo que diz respeito à água, já falam que há um impacto no lado da quebra de receita mas também finalmente falam no impacto da quebra da despesa, porque normalmente só falavam na quebra de receita, então em período de campanha eleitoral isso foi mais do que utilizado, ou seja, nós só íamos perder receita, íamos

perder receita e continuávamos a pagar a água, foi tanta a baralhação que foi feita, mas felizmente que os Oliveirenses foram inteligentes na resposta que deram. Senhor Vereador Helder Simões, o que é que diria o promotor, conforme eu disse aqui na última reunião o processo está em standby, é evidente que está em standby, reafirmo e volto a dizer, mas o que diria o promotor se nós retirássemos do orçamento este 1,5 na questão do terreno, se o promotor visse que nós tirávamos do orçamento se calhar já passava um Natal ou uma Passagem de Ano diferente, porque olhava para Oliveira de Azeméis e dizia “eles já se esqueceram de 1,5 que falta”. Portanto, está inscrito, o Senhor Vereador Helder Simões procura, conforme faz de forma inteligente e nisso é mestre, na questão do soundbite, e portanto um buraco de 1,5, ele aí está já feito, o orçamento ainda está a ser discutido e já tem um buraco, mas isso também é à imagem do seu líder António José Seguro que encontra buracos em todo o lado, pelo que esta situação não surpreende. Quanto à questão dos custos das rendas, nós procuraremos naturalmente reduzi-lo com toda a vontade, posso-lhe dizer Senhor Vereador que ainda a semana passada fomos contactados pelo Tribunal de Oliveira de Azeméis, com o qual mantemos uma boa relação, para a possibilidade de lhe arranjarmos um espaço, de lhe cedermos um espaço gratuitamente e como sabe neste momento a situação dos tribunais é muito importante e temos que ter muito cuidado, porque ainda a semana passada assistimos em São João da Madeira a uma manifestação onde o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de São João da Madeira, a delegação da Ordem dos Advogados se indignava com a transferência de competências para os Tribunais de Oliveira de Azeméis e de Santa Maria da Feira, e, portanto, nós teremos que estar atentos a esta situação e teremos que dar e criar condições para fazer face e às vezes algumas rendas, outras não, algumas rendas se calhar são virtuosas e eu acho que os Senhores nos acompanham nessa situação. Quanto ao PPI e às obras se manterem no PPI, Senhor Vereador Helder Simões, como é evidente que se têm que manter no PPI, não se pode tirar as obras do Plano Plurianual de Investimentos, até o nome diz “Plano Plurianual de Investimentos”. A explicação que eu lhe dei, o Senhor faz o trabalho de casa e bem naturalmente, mas a explicação que eu lhe dei eu já lhe tinha dita de que há obras no PPI que já estão feitas e que continuam, há obras na Administração Direta que já estão fisicamente feitas, eu expliquei-lhe isso, não vale a pena o Senhor estar sempre a repisar isso, é uma coisa recorrente, porque são coisas que tecnicamente têm que constar aqui. Não é o Presidente da Câmara, nem é o Vereador que quer que aqui estejam obras que o Senhor acha que já estão feitas, mas para aqueles senhores do ponto de vista contabilístico elas não estão encerradas, portanto, tem de constar. Quanto à questão das zonas industriais, isso também é uma situação que apesar de ter verbas inscritas em termos de orçamento para outros anos, o Senhor tem o compromisso, assim sejamos ajudados por outras instituições, que se resolverão os problemas das zonas industriais, portanto, é um compromisso nosso também essa mesma situação. Depois há um conjunto de questões técnicas que o Senhor Vereador Helder Simões colocou que eu pedia ao Dr. Carlos Maia ou ao Dr. Figueiredo para poderem dar essa informação. Quanto à intervenção do Eng.º Joaquim Jorge, é evidente que há coisas que nos dividem, isso é verdade,

não vem mal ao mundo que isso aconteça, agora o Senhor Eng.º Joaquim Jorge tem também que estar agora preparado, fruto até das alterações e das circunstâncias, para um novo paradigma do Poder Local, portanto, há um conjunto de funções que o Poder Local vai ter que fazer nos próximos anos, que não vai ser iguais àquelas que se fizeram no passado, portanto, não vale a pena estramos aqui a comparar com o passado, temos é que perceber se estamos ou não estamos preparados para o futuro. Quando o Senhor Eng.º Joaquim Jorge diz que o concelho de Oliveira de Azeméis perde competitividade, aliás é recorrente o Senhor estar sempre a dizer isso, as evidências são o contrário, ou seja, Oliveira de Azeméis é um concelho competitivo, cada vez mais competitivo, a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis não tem que ser competitiva, a economia do concelho de Oliveira de Azeméis é que tem que ser competitiva e os sinais falam por si, ou seja, em termos de vocação exportadora nós contribuímos e aumentamos a nossa vocação exportadora, basta olhar para a nossa taxa de desemprego que felizmente é muito, mas muito inferior à média nacional e isso é um sinal de competitividade, o Senhor Vereador sabe bem que é, portanto, não vale a pena os dados dizerem que somos mais competitivos e o Senhor recorrentemente insistir na perda de competitividade do nosso município. Quanto a fatores distintivos relativamente aos municípios que nos rodeiam, eu também não vou estar aqui agora a explicar e a dizer aquilo tudo, acho que o Senhor Vereador teve e pode até fruto dos contatos que tem, o Senhor é um Senhor bem relacionado, pode falar com os outros municípios, os seus colegas dirigentes do Partido Socialista o que é que eles acham do Parque do Cercal, se o Parque do Cercal é um fator distintivo ou não é, pelo menos eu falo com o Presidente da Câmara de S. João da Madeira, com o Presidente da Câmara de Vale de Cambra, com o Presidente da Câmara de Santa Maria da Feira e eles dizem que é, o Senhor diz que não é, nós não temos fatores distintivos relativamente ao concelho que nos rodeia, eu acho que temos, mas naturalmente que como eu disse temos que respeitar as opiniões. O Senhor Eng.º Joaquim Jorge fala muito no posicionamento, do contexto nacional para aquilo que lhe dá jeito, mas para outras depois quem o ouvir relativamente a este ponto o Executivo Camarário é bafejado, continua a ser bafejado pela baixa de juros, parece-me que só baixam os juros em Oliveira de Azeméis, ou seja, quando o Senhor faz uma referência ao contexto nacional parece que só em Oliveira de Azeméis é que os juros baixam, nos outros municípios não há baixa de juros. Naturalmente que é verdade que a conjuntura nacional tem ajudado na baixa de juros, mas é geral, não é só em Oliveira de Azeméis que os juros baixam, eles baixam em todo o lado. Quanto à questão do contraciclo com o país, se formos ver Senhor Vereador, e esperemos que o ano 2014 assim seja, posso-lhe dizer que do ponto de vista do investimento privado os indicadores que temos são francamente positivos, eu ainda a semana passada estive com um dos promotores e investidores na Área de Acolhimento Empresarial que vai avançar em janeiro com um investimento de dezasseis milhões de euros e, portanto, é um sinal muito interessante, naturalmente que um investimento de dezasseis milhões de euros terá também um forte impacto na criação de emprego e é um claro sinal que o município de Oliveira de Azeméis está em contraciclo, porque o desemprego felizmente continua a baixar e temos como disse taxas muito

baixas comparativamente com aquela que é a média nacional. Quanto à questão do orçamento ser pouco impactante, é a sua opinião que eu registo, o ser pobre de ideias é também a sua opinião. Sabe, eu prefiro um orçamento realista do que um orçamento impactante. Quanto à questão comparativa com os outros municípios, também já que o Senhor falou nos municípios que nos rodeiam também se der uma vista de olhos aos municípios que nos rodeiam todos eles têm uma redução brutal neste ano. Quando o Senhor diz que o orçamento de 2014 é que devia ser um orçamento absolutamente impactante, etc., nos outros municípios há uma redução brutal, na ordem dos vinte milhões de euros em alguns municípios, você aqui tem uma redução de €300.000 (trezentos mil euros) e, portanto, é naturalmente um orçamento de continuidade como não podia deixar de ser. O país não mudou e o município de Oliveira de Azeméis também não mudou, mas também como lhe disse é um orçamento realista e é assim que nós sabemos trabalhar, continuar a trabalhar na sustentabilidade financeira e também no crescimento económico e no desenvolvimento económico e social do município de Oliveira de Azeméis. O Senhor Presidente da Câmara Municipal concedeu o uso da palavra ao Chefe de Divisão de Contabilidade e Património Dr. Carlos Maia para prestar os esclarecimentos técnicos que foram solicitados: no que diz respeito à quota do serviço e as explicações que têm que ser dadas é a seguinte: o valor relativo à quota de serviço ainda apresenta alguma dimensão, porque nós ainda temos quota de serviço de resíduos sólidos e vamos continuar a ter, a parte dos resíduos sólidos ficará a cargo do município e ainda alguma execução durante o ano 2014 daquilo que existe atualmente, daí é a previsão que nós temos para a quota de serviço. Relativamente aos terrenos, o valor dos terrenos, dos quase oitocentos mil euros, representa uma parte dos terrenos da Área de Acolhimento Empresarial que tem de ser paga até ao final do ano 2014 e que são terrenos que já foram adquiridos, digamos que é uma parte remanescente que falta pagar, resulta das peritagens que têm vindo a ser feitas e que nos têm sido apresentadas. Os €225.000 (duzentos e vinte e cinco mil euros) em edifícios têm a ver com uma candidatura denominada Loja Interativa do Turismo. Os outros edifícios de cerca de um milhão de euros tem a ver com o Parque do Cercal, são faturas ainda do ano 2013 que têm que ser pagas em 2014, é este o efeito. Está em outros edifícios porque a própria candidatura quase que obrigava a que não fossem classificados como escolas apenas como outros edifícios porque era um projeto não tão vocacionado, porque as escolas tem escola básica, ensino pré-escolar e dessa forma foi classificado em outros edifícios. Penso que eram estas as quatro dúvidas existentes. Seguidamente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Eng.º Joaquim Jorge que disse: Senhor Presidente, eu só queria fazer duas ou três observações. O Senhor, obviamente, começou por dizer que as apreciações tinham sido feitas em duplicado, mas pelos vistos nem assim o Senhor aprendeu e compreendeu aquilo que nós queríamos dizer. Senhor Presidente, objetivamente, deixe-me dar-lhe dois ou três esclarecimentos, porque convém que sejamos rigorosos e que se fale verdade. Quem não quis discutir os assuntos e esclarecer os Oliveirenses foi o Senhor, não fui eu e, portanto, nós nunca dissemos que a água não iria ter um impacto do lado da despesa, nós percebemos perfeitamente que a água vai ter um impacto do

lado da despesa como o saneamento vai ter e como no dia em que concessionarmos os resíduos sólidos ou outra coisa qualquer vai ter, é óbvio. Agora o que nós dissemos e dizemos sempre e essa é a nossa visão, é que há matérias que não são concessionáveis, há matérias que a serem concessionáveis devem ser alvo de uma profunda reflexão, há coisas que devem ficar na esfera do domínio público, há coisas que devem continuar a ser geridas pelo Estado e pelas autarquias e na nossa opinião a questão da água é uma delas. E por isso, Senhor Presidente, que fique claro que nós nunca dissemos que a água não teria, digamos, impacto do lado da despesa, porque obviamente a partir do momento que deixa de ser uma receita nós deixamos de a comprar e obviamente terá uma reflexão do lado da despesa como o saneamento tem. Agora, convém que fique claro e julgo que o Senhor Presidente sabe isso, eram duas rubricas onde nós tínhamos alguma rentabilidade, onde nós conseguíamos gerar alguma receita e, portanto, digamos que também vamos ter aí sim impacto na capacidade do município em gerar receitas próprias e aí vamos ter de certeza um impacto significativo que não será tão óbvio, porque já temos aí uma verba inscrita perto de quinhentos mil euros em resultado da concessão, mas depois essa verba vai tender a esbater-se a prazo e depois vamos ter em reflexão em orçamentos futuros desta dificuldade. O que nós dissemos, e por acaso não utilizamos aqui os concelhos vizinhos, o Senhor foi busca-los mas tudo bem, o que nós dissemos foi muito simples. Este orçamento é um orçamento, e aliás o seu discurso é um discurso surpreendente, o Senhor afirma que uma Câmara Municipal não tem que ser competitiva e isto para mim é uma afirmação absolutamente surpreendente porque, Senhor Presidente, a Câmara Municipal tem que ser competitiva porque opera num quadro onde a competitividade é um dado permanente, o país tem que ser competitivo, o Estado tem que ser competitivo, as autarquias têm que ser competitivas, as nossas empresas têm que ser competitivas, os nossos trabalhadores têm que ser competitivos, todos temos que ser competitivos e, portanto, surpreende-me de sobremaneira uma afirmação desse tipo. Agora, Senhor Presidente, nós não dissemos que o concelho não tem competitividade, o que nós dizemos é onde é que estaria a competitividade deste concelho se a iniciativa pública acompanhasse a iniciativa privada. Isso é o que nós temos vindo sistematicamente a dizer, porque temos ao nível da iniciativa privada, ao nível da nível da criação de emprego, ao nível desses números que o Senhor ostenta um conjunto de indicadores que nos orgulham, que nos honram a nível regional, a nível distrital e a nível nacional; mas o mesmo não se passa do lado dos indicadores da iniciativa pública, excetuando aí uma ou outra coisa no mínimo surrealista que vai surgindo, o que nós temos são indicadores que nos colocam num dos piores concelhos do país em termos de qualidade de vida, isto é inegável. Sob o ponto de vista da gestão aquilo que tem sido a prática deste município traduz-se na necessidade de um plano de saneamento financeiro, na necessidade de aderirmos ao PAEL, nas necessidades de empréstimos permanentes de curto prazo, enfim. Isto é a gestão que temos tido no nosso município, esta é a nossa realidade e é uma realidade que obviamente não se mascara facilmente, porque depois as coisas surgem no terreno com alguma dificuldade, com décadas de atraso e, portanto, não é assim tão simples nós conseguirmos ter um discurso tão simples como

esse que depois não tem correspondência na prática. O que nós defendemos em relação a este orçamento, e não é verdade que os concelhos por aí fora estejam a cortar no apoio que dão às freguesias, muito pelo contrário, aconselho-o a pesquisar, a fazer esse trabalho, foi uma sugestão que me fez eu devolvo-a, temos muitos concelhos por este país fora que neste orçamento de 2014 reforçam o apoio às freguesias. E o que nós aqui queremos dizer é o seguinte: obviamente que uma grande parte do discurso que é comum a este executivo é um discurso suportado e baseado nos quadros comunitários de apoio. O que é que acontece? O que nós falamos é que está na altura, teremos porventura o último quadro comunitário de apoio e está na altura de nós olharmos para a equação despesas correntes/ despesas de capital; está na altura de nós olharmos para a capacidade do município em gerar receitas próprias; está na altura de olharmos para a capacidade do município para requalificar os equipamentos e os espaços públicos; para criar condições de atratividade para fixar as pessoas; para criar condições para atrair mais e melhor investimento e é neste quadro que nós falamos que é importante que um orçamento consiga trabalhar. O que nós dissemos com as nossas apreciações em duplicado, Senhor Presidente, foi que não percebemos neste orçamento, não sentimos neste orçamento esse tipo de visão, esse tipo de orientação para os próximos quatro anos que vai terminar muito a meio do próximo quadro comunitário de apoio e obviamente, e aí julgo que é uma preocupação de todos nós não tenho dúvidas sobre isso, terá que ter os alicerces para um concelho preparado para sobreviver a um período pós fundos comunitários com capacidade, digamos, para gerar riqueza. É essa a nossa preocupação, Senhor Presidente, e por isso é que nós e foi o Senhor Presidente que sintetizou isso desta forma, não queríamos ver um orçamento de continuidade, queremos ver um orçamento distintivo, diferenciador, um orçamento que claramente marcasse um reforço da nossa competitividade em relação aos concelhos vizinhos. O senhor Presidente disse: Senhor Vereador, o nosso município não é um município competitivo, é um município muito competitivo e ainda bem que o Senhor Vereador Joaquim Jorge se junta a nós nessa visão da competitividade do nosso município. Eu é que digo que é muito competitivo, o Senhor é que estava a tentar dizer que eu tinha dito que não era competitivo, o nosso município é muito, mas mesmo muito competitivo. Relativamente à questão da gestão, Senhor Vereador eu muito gostava de perceber mas é evidente que é um exercício, é uma missão impossível, o Senhor Vereador insistentemente diz que este município foi ao PAEL, eu muito gostava de perceber se o Senhor fosse Presidente de Câmara o senhor não ia ao PAEL? Então, que raio de gestor é o Senhor que não ia aproveitar esta oportunidade? A ida ao PAEL foi uma oportunidade que o município de Oliveira de Azeméis teve e em boa hora foi. O Senhor também tinha ido ao PAEL não tenha a menor das dúvidas, a diferença é que se calhar se nós fossemos oposição dizíamos “sim senhora, fez bem em ir ao PAEL” como muitas oposições fizeram por este país fora. O Senhor diz que não e usa essa situação e passa um atestado de incompetência a todos os seus colegas do Partido Socialista que foram ao PAEL e que são muitos, se eles souberem que o Senhor diz isso até lhe dão explicações relativamente a essa matéria. Neste novo quadro de descentralização que está em cima da mesa, o Senhor

Vereador verificará que não é correto, nem é oportuno que haja até uma reafecção direta do IMI para as freguesias. Quando o Senhor hoje diz aqui que há aqui um aumento da receita do IMI, está em cima da mesa de no primeiro trimestre de 2014 haver uma reafecção, ou seja, as freguesias receberem diretamente verbas do IMI. Eu estou a dizer que está em cima da mesa, o Senhor está a dizer que é 1% e eu posso dizer que esse assunto nem sequer está fechado, porque está em negociações com a Associação Nacional de Municípios e com a ANAFRE na reafecção dessas verbas. Também sobre isso iremos ver os números objetivos e reais para os Senhores verem, o Senhor tem que perceber que para passar competências para as freguesias não as pode passar sem passar a verba financeira, senão não vale a pena passá-las. Seguramente que em Oliveira de Azeméis e nós estamos disponíveis, já manifestamos isso quer aos Presidentes de Junta, quer ao Governo, estamos disponíveis para podermos até ser um município onde vale a pena testar estes modelos de descentralização, nisso estamos de acordo, somos os dois muito defensores da descentralização e como temos excelentes Juntas de Freguesia podemos testar esses modelos e podemos se calhar até dar bons exemplos, espero eu, nessa matéria. Mas como eu disse há seguramente muitas mais coisas que nos unem do que aquilo que nos dividem e não é por divergirmos na questão dos grandes números ou das grandes opções orçamentais que não continuaremos todos a lutar por um concelho melhor, com mais qualidade de vida, disso eu não tenho dúvida nenhuma. Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por maioria, com quatro votos contra dos Vereadores do PS, três votos a favor dos Vereadores do PSD e o voto a favor do Senhor Presidente, tendo este último usado do voto de qualidade, aprovar os referidos documentos. =====

===== **APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO PARA O ANO ECONÓMICO 2014 (I/101393/2013):** Pelo Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: O processo de contratação de empréstimo a curto prazo para o ano económico 2014, e que a entidade a adjudicar o mesmo será o banco SantanderTotta, conforme deliberado em Reunião de Câmara de 05 dezembro de 2013. Proponho: A aprovação da minuta do contrato de empréstimo a curto prazo para o ano económico 2014, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **CONCURSO DE PRESÉPIOS 2013 – HOMOLOGAÇÃO DA ATA E ATRIBUIÇÃO DE PRÉMIOS (I/101521/2013):** Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que os objetivos subjacentes a esta iniciativa são proporcionar uma maior vivência da mensagem natalícia; sensibilizar a comunidade para a tradição cultural da construção do presépio; promover a manifestação artística e a criatividade interinstitucional e individual e criar condições para a fruição literária, científica e artística e para o estímulo do espírito crítico-reflexivo no município; - Que,

de acordo com as normas do concurso, compete à Câmara Municipal a atribuição dos três prémios, no valor de 100€ cada; - As deliberações tomadas pelo Júri do Concurso de Presépios 2013 constantes da ata, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, proponho: - A homologação da ata da reunião do Júri e atribuição dos três prémios no valor de 100€ cada. Os encargos resultantes da presente proposta de deliberação estão suportados em termos orçamentais, possuindo compromissos de fundo disponível os números 4665, 4667 e 4672, conforme determina a lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== Para terminar a reunião o Senhor Presidente da Câmara desejou a todos um Santo e Feliz Natal e um Ano Novo Próspero a todos os presentes. =====

*===== **Aprovação por minuta:** Finalmente, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta, nos termos do nº3 e para efeitos do disposto no nº4 do artigo 92º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro com a redação dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro. =====*

===== A presente ata foi distribuída por todos os presentes e por eles assinada, procedimento que dispensa a respetiva leitura conforme determina o nº4 do D.L. 45.362 de 21 de Novembro de 1963. =====

*===== E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram 11h, da qual para constar se lavrou a presente ata que eu,
, na qualidade de secretária a redigi. =====*